

DESTERRITORIALIZAÇÃO SOB AS ÁGUAS DE SOBRADINHO: GANHOS E DESENGANOS

EDCARLOS MENDES¹
GUIOMAR INEZ GERMANI²

Resumo

O presente trabalho traz resultados parciais desenvolvidos na Dissertação de Mestrado que leva o mesmo título, realizada no Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, sob orientação da Profa. Dra. Guiomar Inez Germani, que discute as consequências espaciais da construção da Barragem de Sobradinho para as populações deslocadas da área, mais especificamente no município de Remanso-BA, parte reassentada na nova sede, construída pela CHESF, parte alocada em lotes em áreas de Caatinga, e ainda um terceiro grupo, que deixou a área, em direção ao PEC da Serra do Ramalho ou para outras regiões. A história local, a memória dos atingidos e a experiência dos planejadores constituem as principais fontes do trabalho. A análise geográfica é empreendida a partir da desterritorialização das comunidades, a propósito do projeto de desenvolvimento do Estado, que demonstrou por discurso e por ações a concepção das comunidades locais como “cidadãos de segunda classe”, ou obstáculo a ser superado, ao tempo que apresentou as novas moradias, especialmente a nova cidade,

planejada, materializando um discurso modernizante, nos moldes geopolíticos da época, e oportunizado por classes sociais locais.

Palavras-Chave: Sobradinho; Remanso; Barragem.

Abstract

The presented work provides partial results from the Master's Thesis titled, held at the Institute of Geosciences of Federal University of Bahia, under the guidance of Prof. Dr. Guiomar Germani, who discusses the spatial consequences of building the dam Sobradinho for displaced populations in the area, more specifically in the municipality of Remanso-BA, part resettled at new headquarters, built by CHESF, part allocated in areas of Caatinga, and a third group, who left the area to-

ward the PEC of Serra do Ramalho, or to other regions. The local history, the memory of suffering and experience of the planners are the main sources of work. The geographical analysis is undertaken from the dispossession of communities, concerning the development project of the state, which demonstrated by the speech and actions view local communities as “second class citizens”, or obstacle to be overcome, while building the new housing, especially the new town, planned, materializing a discourse of modernization, along the lines of that geopolitical moment, and opportunized by social class locations.

Keywords: Sobradinho; Remanso; Dam.

JEL: R58

¹ Mestrando em Geografia pelo Instituto de Geociências da UFBA. Pesquisador do PROJETO GEOGRAFAR/UFBA. Correio Eletrônico: edcarlosmendes@gmail.com. geografar_ba@yahoo.com.br

² Mestra em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1982) e Doutora em Geografia pela Universidad de Barcelona (1993). Professora vinculada ao corpo permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora do CNPq e líder do Grupo de Pesquisa GeografAR. (guiomar@ufba.com)

1 Introdução

Concebe-se aqui a construção da Barragem de Sobradinho entre as grandes obras públicas como resultado de uma forma de produção denominada Projetos de Grande Escala (PGE), como sugerido por Lins Ribeiro (1985). A análise destes projetos e semelhanças estruturais entre obras tão diferentes levam a um conceito, que segue um modelo de planejamento repetido em diferentes contextos históricos e geográficos. Estes processos apresentam uma lógica em três dimensões: a) Gigantismo: grande movimento de capital e mão-de-obra; b) Isolamento: Comumente estas iniciativas ocorrem em lugares distantes, desvinculados dos sistemas econômicos mais amplos; e c) Temporalidade: o PGE se inicia pelo planejamento, sustentado na racionalidade técnico-científica e legitimado por discursos ideológicos baseados em progresso e desenvolvimento.

Efetivamente, o impacto das mudanças e a força com que estas chegam às pessoas atingidas por barragens acarretam grande revolvimento social, e dá urgência ao seu entendimento, cujos estudos e preocupações atendem à demanda de um fenômeno global.

A Comissão Mundial de Barragens (*World Commission On Dams-WCD*), em relatório divulgado em 2000, estimou que entre 40 e 80 milhões de pessoas foram deslocadas compulsoriamente, em consequência da construção de grandes barragens. Dois terços destas obras (na época, apontava-se a existência de mais de 45 mil grandes barragens) foram realizadas em países do chamado terceiro mundo. A energia hidrelétrica é responsável por mais de 90% da produção total de eletricidade em 24 países, dentre eles o Brasil. No Brasil, mais de um milhão de pessoas – cerca de 300 mil famílias – foram expulsas de suas habitações em consequência de construções de grandes barragens.

Este processo coincide também com o desenvolvimento do capitalismo e seus princípios nos locais de implantação, tidos como atrasados pelos planejadores. Este processo evidencia como as populações foram afetadas pelas decisões verticais, sem participar nos ganhos, mas deixado com as perdas, que repercutem ainda.

2 Contexto

Em 1973, foram iniciadas as primeiras obras para o represamento das águas do Rio São Francisco, pela Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), que construiu a Barragem de Sobradinho, e o enchimento do reservatório criou o lago artificial, em 1977, a um custo estimado em 800 milhões de dólares. O contexto sociopolítico nacional era de um governo militar autoritário com sua política desenvolvimentista, que ignorava a possibilidade de diálogo sério com os cidadãos, aqui os atingidos pelo empreendimento, expropriados e desterritorializados.

O objetivo inicial da Barragem era regular a vazão de água no sistema em relação às outras barragens, num segundo momento surgiu a ideia de também implantar uma usina para geração de energia elétrica, proposta que afinal foi implementada. A partir dos anos 1980, a região se mostrou propícia à agricultura irrigada, principalmente à jusante da Barragem, onde surgiu um polo da atividade, centralizado nas cidades de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. No entanto, na maior parte da área da borda do lago prevalece a agricultura artesanal familiar, praticada na vazante. O Lago cobriu uma área de 4.214 km², com a expropriação de 26 mil propriedades e deslocamento compulsório de mais de 72 mil pessoas, incluindo a realocação de quatro cidades: Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado, que tiveram novas sedes construídas pela Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), a título de indenização, assim como redistribuição

de terras em compensação por parte das propriedades rurais submersas (PEREIRA, 1987, p.11).

A problemática adormecida sob as águas do Lago de Sobradinho, aqui exposta, passa pela distinção dos interesses de classe que oportunizaram a construção de Sobradinho para capitalizar benefícios, como isso se processou, e por outro lado, o perfil e atuação dos atingidos. Para além disso,

A experiência de Sobradinho joga luz sobre os processos que mascararam a dominação de classes. No caso específico, uma dominação fundiária (desapropriação para construção de um reservatório) foi a forma pela qual o capital industrial submeteu mais uma vez a pequena produção agrícola e seus interesses, utilizando-se dos aparelhos do estado (DUQUÊ, 1984, p. 37)

Considerando que o jogo de classes se processou em função de interesses espaciais, dos quais depende o controle de recursos diversos, é importante distinguir os discursos que revelam as territorialidades, para desnudar os conflitos, e seus desdobramentos, em dominações ou resistências, dimensões conceituais e concretas que se interpenetram. Esforço e sacrifício são eufemismos comuns para a exploração material e simbólica que se fez dos pobres.

3 Recorte e formação especial

Em busca de sistematizar melhor o estudo, é necessário compreender as periodizações que configuram o objeto, assim como a área geográfica que se toma para análise. No presente trabalho se considera como recorte espacial o município de Remanso, cuja antiga sede foi a maior aglomeração urbana atingida, situada no centro da área do Lago a ser formado. A análise do fenômeno abrange o período entre 1970 e 2009, cujo início antecede as primeiras obras e abrange o desenrolar de algumas problemáticas até os dias atuais.

Assim, para uma explicação mais ampla é preciso historicizar o recorte, como lecionou Milton Santos:

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. (SANTOS, 1979, p. 9 e 10)

A trajetória da sociedade desta região coincide de forma marcante com as tensões entre as coisas do lugar e as que chegam, “de fora” como se diz. Coincide com o diálogo dos habitantes com os recursos naturais no jogo da sua sobrevivência. Mas a formação do espaço e a relação que os habitantes mantêm com sua terra coincidem, sobretudo, com os conflitos das mudanças no exercício de poder de uma classe de privilegiados se impondo sobre sucessivas gerações socialmente desarticuladas.

A variação no uso dos meios de produção, periodizados em ciclos econômicos, monopolizados por oligarquias esquematizadas em fases políticas, cujos expoentes ostentam nomes e discursos pomposos, mas que representam apenas máscaras que identificam tipos singulares de domínio, mas ocultam a responsabilidade por problemas históricos visíveis ainda hoje e cuja superação apresenta grandes desafios.

Este raciocínio remete ainda a outras reflexões. Esta modalidade de dominação imposta por estranhos a partir dos interesses do grande capital refere-se à ambiguidade exposta por Duqué, (1984, p. 31-38) para a qual em Sobradinho se produz uma riqueza que não beneficia àqueles que são prejudicados. Fica a impressão, embasada no testemunho histórico, de que a região se presta somente à exploração exógena e indiferente. Este sentimento é visível na atitude

de das pessoas “do lugar” para com os estranhos, até os dias atuais.

Fazendo um percurso histórico desde os princípios da ocupação portuguesa, Germani (2006) demonstra a evolução do acesso à terra no Brasil, mas também expõe como as estruturas de dominação se transmitem ao longo do tempo, e como conseguem se manter no controle dos meios de produção e ainda regular o acesso ao bem-estar social, embora seja desmedida a cota de sacrifício a ser cobrada, sempre que necessário. Esta desigualdade é profunda e marca o estado das coisas quando os empreendimentos modernizantes chegam à região.

Efetivamente, até o fim dos anos 1970, a única via regular de circulação de pessoas, produtos e informações do Baixo Médio São Francisco era a navegação fluvial. Este isolamento geográfico da região é determinante para a sua formação, permitindo, por exemplo, a percepção de ausência ou fraqueza do Estado enquanto mediador social ou planejador regular, deixando os eventos ao sabor dos mais fortes “do lugar”.

Em alguns momentos, escapa em registros a real percepção que o *outsider* tinha das consequências deste isolamento e da formação do caatingueiro da região. Um relatório técnico da HIDROSERVICE, empresa contratada para gerenciar o processo de mudança, citado por Siqueira, expõe de forma constrangedora a visão do estranho sobre o habitante da região, dispensando maiores explicações:

A relativa situação de isolamento em que vive a população, as suas precárias condições de vida e de trabalho não lhes permitem aberturas no seu mundo mental, nem tão pouco a aquisição de técnicas sociais, que a equipe convenientemente para se adaptar a novos ambientes. Falta-lhes ainda qualquer qualificação profissional que lhes possibilite o engajamento em outras áreas

onde prevaleça um sistema de divisão do trabalho mais moderno e complexo. (HIDROSERVICE apud SIQUEIRA, 1992, p. 3).

Este discurso sugere também, implicitamente, a “missão redentora” que a Barragem de Sobradinho assume em relação ao povo da região, e o menosprezo pelo patrimônio histórico do mesmo.

4 Estabelecendo parâmetros: conceitos basilares

O cerne das questões que perpassam este estudo é a compreensão do espaço, tornado em território, sua expropriação, e algumas idéias subjacentes, uma vez que a construção teórica em desenvolvimento é uma superposição de conceitos, paradigmas e princípios, que evidenciará a singularidade objetiva, um fato novo a ser assim explicitado.

A relação do morador com seu espaço antes apropriado, agora tirado, a propósito do exercício de poder e estratégia de desenvolvimento, exige um aprofundamento teórico. Remover uma pessoa do seu *habitat* é, conseqüentemente, tomá-lhe as bases da reprodução da vida. Agir assim a pretexto do progresso carrega um discurso a ser analisado, notadamente se visto em perspectiva trinta anos depois. Um olhar panorâmico sobre diversas linhas teóricas e paradigmáticas permite distinguir elementos e aspectos desta dinâmica própria, caracterizando-a melhor, compreendendo-a com mais riqueza.

A desterritorialização resulta então na perda do lugar de reprodução social, a partir da fonte de recursos, quando os indivíduos tornam-se não apenas sujeitos marginais aos processos que os impuseram a tais condições, mas sujeitos desterritorializados. Nesse sentido, a desterritorialização se enquadra “como perda de referenciais espaciais, concretos sob o domínio das relações imateriais” (HAESBAERT, 2002, p. 56).



Figura 1: Capela semi-inundada em 1977. Foto de Luciano Andrade.

Fonte: Revista Veja, 4 de abril de 1979, p. 50

Assumindo que o espaço é tempo acumulado, notamos também sua temporalidade. Desterritorializar implica em romper a ligação temporal do homem com o chão, mas também impingir um novo ritmo de vida. Não é possível repetir as condições historicamente formadas com o território em um novo sítio. Como recompor as experiências? Como reconstruir a vinculação com o simbólico? Experiências como a religiosidade, tão arraigadas ao seu templo – espaço sagrado – como na Figura 1, não podem ser refeitas.

O homem é o tempo que ele vive. O tempo está no espaço. Não é possível descolar a violência desse processo.

5 O campo: área a ser “limpa”

O Lago de Sobradinho submergiu 350 km de margens férteis do rio, além das ilhas onde também se praticava a agricultura, numa estimativa de que, da área total inundada, 40% era agriculturável, deslocando cerca de 15 mil camponeses nos quatro municípios atingidos (PEREIRA, 1987).

A primeira atividade econômica predominante – a pecuária – com pouca demanda de mão-de-obra, e utilização de grandes áreas, delin-

ou o perfil do homem da região e sua relação com os recursos naturais. O homem daquelas paragens era solitário, condicionado a percorrer os ermos da Caatinga, sem grandes interações humanas ou econômicas, inclusive com baixo consumo de itens manufaturados, utilizando produtos derivados do gado para quase todos os usos que se fizessem necessários, com pouca intervenção na paisagem.

Ainda a pesca, enquanto estabelece relação de dependência entre rio e homem, na sua singeleza artesanal, que não extraía além da capacidade de produção natural, e não oferecia risco ao equilíbrio do ecossistema.

O baixo adensamento populacional, mesmo nas poucas aglomerações da região, favorecia uma grande interação de todas as comunidades com a vida rural, visível nas relações, na economia, na cultura. Pode-se notar que o mundo rural prevalecia no cotidiano das pessoas. Na região do Sertão do São Francisco, nos anos 1960, as atividades agropecuárias e extrativas ocupavam 74,32% da população (ANDRADE, 1983, p. 25).

A agricultura é, desde os primórdios, majoritariamente vinculada à subsistência, como atividade

“ A fantástica transformação de um rio estreito num reservatório de grandes proporções altera o regime das águas, que antes eram areadas e rápidas, agora lentas ou estanques, com maior decantação, novas configurações de calha, nova... ”

complementar à criação, pesca, ou à venda da mão-de-obra para terceiros. O produto das roças geralmente servia para abastecer a própria despensa da casa, e quando havia algum excedente, poderia ser trocado por outro produto com vizinhos, ou vendido na cidade, para a aquisição dos poucos produtos industrializados que se faziam necessários no campo até os anos 1970. Costumava-se comprar na cidade poucos itens: tecidos, querosene, ferramentas, medicamentos ou algum outro implemento eventualmente necessário, mas percebe-se que não havia o nível de dependência do campo em relação à cidade que hoje se observa.

Verificando a transformação decorrente da construção da barragem, no aspecto ambiental, parte-se do senso comum e da observação, colhidos na intuição daqueles que lidam diretamente com a natureza: pescadores e caatingueiros. A fantástica transformação de um rio estreito num reservatório de grandes proporções altera o regime das águas, que antes eram areadas e rápidas, agora lentas ou estanques, com maior decantação, novas configurações de calha, nova composição, tudo isso diretamente ligado à vida dos pei-

“ Em relação às indenizações, a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), demonstrou por suas ações que não acreditava na capacidade da população humilde, e considerada ignorante, de opinar sobre suas vidas e destinos, e idealizou um sistema... ”

xes, suas dinâmicas e mesmo as relações entre espécies ou proliferação de novas espécies, observando-se ainda em anos mais recentes a implantação de peixes oriundos de outras regiões, como Tilápia, Tucunaré, Tambaqui, que impõem novas dinâmicas entre espécies e novas demandas na atividade pesqueira. Efetivamente, o pequeno pescador se torna hoje refém do “atravessador”, o negociante que compra o peixe para revenda em outras localidades, num esquema comercial elaborado, que exige razoável investimento, sendo, portanto, acessível somente para poucos, os mesmos que amealham a maior parte do lucro. Entre estes, há ainda os donos de embarcações, que possuem todo o equipamento de pesca e absorvem dos pescadores apenas a mão-de-obra, reduzindo seu valor, tornando-os uma classe hoje bastante empobrecida, situação agravada pela atual escassez de pescado.

Durante o processo de desocupação da área, as opções oferecidas aos camponeses resumiam-se em: a) mudar-se para o assentamento na Serra do Ramalho, distante (700 km)

e diferente da região, que se mostrou um suplício para os que tentaram, de modo que a grande maioria das famílias o rejeitou; b) operação caatingueiro: mudança para a área de Caatinga com ajuda de custo, e c) a chamada solução própria: migração induzida por uma ajuda de custo para onde a família quisesse (PEREIRA, 1987, p. 11).

Perdeu-se a possibilidade de plantar nas margens férteis naturais do rio, agora submersas, e torna-se uma aventura plantar na borda que se forma no lago, pois não há um cronograma de cheia e baixa divulgado para os ribeirinhos. Em contraste aos 9 mil empregos gerados durante a construção da barragem (especializados, vindos “de fora”) refere-se a perda de 15 mil empregos locais nas atividades tradicionais (DUQUÉ, 1980, p. 280).

Em relação às indenizações, a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), demonstrou por suas ações que não acreditava na capacidade da população humilde, e considerada ignorante, de opinar sobre suas vidas e destinos, e idealizou um sistema de compensações a baixo custo, considerando como devolutas as terras que não estivessem tituladas e indenizando apenas as benfeitorias, para baratear o custo da obra (ANDRADE, 1983, p.97).

De modo geral, os deslocados pela construção da barragem, no início dos anos 1980, tinham muito a reclamar, pois muitas promessas não haviam sido cumpridas, e surgiam problemas não previstos pelos planejadores.

As demandas dos atingidos por Sobradinho aos poucos são divulgadas, por sindicatos, igreja, imprensa, e as notícias da problemática começam a se propagar pelo país, gerando algumas expressões de crítica e protesto.

Em março de 1980 é publicada uma nota da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil, denunciando a calamidade ecológica que a construção da barragem ocasionou na região:

Os problemas que hoje ocorrem na região tem suas causas ligadas, por um lado, ao desmatamento, principalmente nas nascentes e margens dos rios da bacia hidrográfica do São Francisco, o que determinou a erosão dos solos com o consequente assoreamento dos rios, ou seja, a diminuição da profundidade de seu leito pelo acúmulo de areia e a diminuição da vazão para 17% da original.

As enchentes destruíram grandes áreas agriculturáveis, principalmente das ilhas fluviais, de grande fertilidade.

O processo tende a agravar-se com a devastação das últimas matas da área através da ocupação rápida da região com tecnologia intensiva de capital.

A tudo isso junta-se outro fato inquietante, ainda não explicado, que é o de extensas áreas agriculturáveis e cidades permanecerem inundadas após haver cessado as chuvas. (BOLETIM... março de 1980).

Em maio de 1980, um documento assinado conjuntamente pelos sindicatos de trabalhadores rurais das cidades atingidas aponta as dificuldades e clama por soluções. Na carta, encaminhada à CHESF e ao governo estadual, lista-se as promessas não cumpridas:

a) Cheques e indenizações não pagas, ou mal pagas, sob falsas medições;

b) Foram construídas algumas casas na zona rural e algumas vilas. As casas não receberam acabamento (reboco), provocando grande transtorno com a proliferação de insetos, principalmente barbeiro, e as doenças decorrentes disso;

c) Falta de água tratada nas vilas;

d) Compensação pelas lavouras perdidas, prometida àqueles que abandonaram o campo, deixando sua atividade, e vieram para a cidade sem nenhuma qualificação ou meio de sobreviver;

e) Casas de farinha, prometidas aos que permaneceram na zona rural, mas não entregues, deixando os colonos sem condições de beneficiar a mandioca, obrigados a pagar aluguel em casas de farinha de terceiros;

“*Os planejadores, no desenvolver do seu trabalho, também evidenciaram os valores que os motivavam, e a cidade, além de funcional, apresenta-se como materialização de um discurso.*”

f) Má distribuição dos lotes rurais, sem acompanhamento posterior, favorecendo a grilagem;

g) Falta de prédios públicos: escolas, igrejas, hospitais, falta de cemitérios e estradas, entre outros.

Algumas poucas reivindicações foram atendidas, mas a grande maioria dos problemas jamais foi contemplada pela executora, ficando as comunidades à sorte, esquecidos e empobrecidos, em nome do progresso.

O Censo Agropecuário de 1980 reflete a desigualdade fundiária em Remanso, após a mudança, pois 68,9 % das propriedades rurais possuem

área até 10 hectares, ocupando 6,8 % da área total, enquanto os estabelecimentos com mais de 100 hectares (6,7 % do total) ocupam 74,3% da área total do município (SILIPRANDI, 1988).

6 A CIDADE COMO DISCURSO

Os modos de produção tornam-se concretos numa base historicamente determinada [...] as formas espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção (SANTOS, 1997, p. 5)

A velha Remanso era uma pequena vila com 6 mil habitantes, em sua maioria com atividades no campo, mas com antiga tradição pesqueira. Também aparecem nos relatos atividades autônomas, em pequeno número, e um comércio beneficiado pela posição de entreposto das navegações fluviais, quando as estradas eram escassas e os automóveis incapazes de rompê-las (CHESF, 1974). Com a mudança, uma gama de trabalhadores chega à região, principalmente motivados pela grande atividade na construção civil, uma boa quantidade de funcionários públicos dos novos órgãos que passam a ter escritórios locais, e ainda uma multidão de pescadores,

atraídos pela propaganda da pesca farta e lucrativa no gigantesco lago. A nova cidade já registra, no censo de 1980, mais de 18 mil habitantes.

O reassentamento da população urbana de Remanso é parte de um projeto maior, mas sua execução acaba também servindo a outros propósitos. O desenvolvimentismo acredita que a obra ou o projeto tem “papel civilizador”, “modernizador”, ao tomar as populações atingidas do nada ou pouco que são suas vidas e resgatá-las para uma vida acreditada como melhor.

Os planejadores, no desenvolver do seu trabalho, também evidenciaram os valores que os motivavam, e a cidade, além de funcional, apresenta-se como materialização de um discurso.

Conforme resgate de relatos de moradores da velha cidade, havia uma enorme integração entre a vida rural e a cidade, com constante troca de produtos, relações, e laços afetivos mais estreitos, de modo que os dois universos dialogavam com mais proximidade. Animais circulavam nas vias da velha cidade, e era corriqueiro o uso de pequenos plantios em terrenos da área urbana. A feira, o comércio, a pesca e demais atividades econômicas funcionavam como elo entre o pequeno produtor rural e o mercado consumidor na cidade, em pequenos volumes, mas em constância sazonal. Este modo de relacionamento coincide com um padrão de influência do mundo rural sobre a formação do espaço da cidade, vias de circulação, cultura, atividades econômicas, entre outras.

A mudança da cidade reconfigura o espaço urbano para adequar-se a novas lógicas, em que a atividade pesqueira e o cais são distanciados do centro da cidade. A nova rodovia interliga a nova cidade com a cidade maior, inundando o mercado local com produtos industrializados a baixo custo, e o crescimento demográfico rápido estilhaça os valores do mundo rural ainda presentes nos moradores da cidade planejada.



Figura 2: Vista da Nova cidade.

Fonte: www.flogao.com.br/remansobahia, acesso em 16/05/2008

No caso de Remanso, a antiga cidade, cujo modelo de crescimento seguiu o padrão comum, partindo de um centro comercial-social-religioso de contorno irregular, onde a elite habitava, para a periferia, não teve tempo de avançar em seu movimento de expansão, sofrendo a decomposição do processo, e tendo na nova sede a imposição da nova lógica. Agora existe a cidade-tabuleiro-de-xadrez, como se vê na **Figura 2**, onde já não há vinculação entre lugares, mas um traçado reto que a tudo nivela, mascarando junto com o processo histórico, as segregações de bairros e classes.

A disciplinação das vias circulatórias, assim como a composição das funções dispendo as coisas nos seus lugares apropriados, descontaminando a cidade de sua desordem anterior, num processo orientado por ideias assépticas, como diz Relph:

Um tipo de mentalidade que vê apenas desordem onde existe uma ordem intrincada e singular: o mesmo tipo de mentalidade que só vê desordem na vida das ruas da cidade e anseia por eliminá-la, uniformizá-la, torná-la suburbana (RELPH, 1990, p.87).

Na imensa variedade de paisagens urbanas, é possível distinguir elementos formais comuns, que apontam para a evolução histórica de cada cidade, numa conformação peculiar, mas que segue padrões relativamente comuns. Um simples exercício de observação desnuda as diferenças sociais decalcadas na superfície da cidade, mas observando as edificações erigidas como partes de um projeto sincrônico, como em Remanso, esta personalidade física se dilui, na paisagem pasteurizada da cidade-coisa.

A edificação de uma cidade *ex-nihilo* subverte a lógica do processo histórico gradual que via de regra configura as cidades, em sua multiplicidade de formas, poderes e

trajetórias. Os complexos urbanos – casas, ruas, bairros – não existem isoladamente, mas possuem interconexão em suas origens e evolução, numa dimensão espaço temporal, e ainda uma relação funcional, configurada ao longo do tempo, no diálogo entre forças e poderes locais e mesmo globais.

O discurso da nova cidade rompe com a memória da anterior. Por trás das modificações nas apropriações e expropriações dos espaços, existiam registros documentais, que formavam um acervo cartorário e legal historiograficamente essencial para o resgate da evolução dos lugares na cidade. A pesquisa histórica poderia desvendar as relações

implícitas nos fluxos de poder pela leitura deste acervo. No entanto, com a criação da nova cidade, todo o conjunto de documentos produzidos ao longo de séculos versando sobre a posse das frações de terra torna-se inutilizada como registro, ao tempo que é tomado um solo bruto a ser parcelado e documentado, de forma homogênea e sincrônica, lançando ao esquecimento toda a jurisprudência anterior. Outro problema tange à precariedade da documentação oferecida aos transferidos, cuja documentação definitiva somente depois pôde ser pleiteada, e há ainda hoje dificuldades de ordem burocrática na efetivação da posse legal destes imóveis.



Figura 3 : Igreja Católica na Velha cidade, ao centro, no Capão de Cima, e o Capão de Baixo ao fundo.

Data e autoria desconhecidas

“*Em relação às quadras, prevaleceu a denominação por números. Mas esta denominação é estática, quase inquestionável. A quadra 02 não sofre ameaça de um dia tornar-se 03 ou ter sua identidade questionada. São unidades determinadas e deterministas.*”

As cidades possuem a característica da dinâmica territorial. Os bairros não são estáticos, mas apresentam reconfigurações ao longo do tempo, com expansões, retrações e estagnações, numa experiência pluritemporal peculiar.

A realocização da cidade, e seu consequente redimensionamento em plano ortogonal firmemente demarcado limita esta dinâmica. Durante a construção da nova cidade, discutiu-se – entre os engenheiros, evidentemente – a possibilidade de nomear as quadras e logradouros com um sistema de letras e números. A pressão das famílias mais influentes fez com que fossem homenageados seus patriarcas nos nomes das ruas. Assim, são muitas as ruas da cidade com nomes de antigos coronéis. Em relação às quadras, prevaleceu a denominação por números. Mas esta denominação é estática, quase inquestionável. A quadra 02 não sofre ameaça de um dia

tornar-se 03 ou ter sua identidade questionada. São unidades determinadas e deterministas. Durante gerações, construiu-se um ideário acerca do viver no bairro “Capão de Cima” ou no “Centro”, ou ainda no “Capão de Baixo”, ao qual a população dava qualidades distintas. Outrossim, a própria designação das quadras já é um ataque à identidade local. Na velha cidade, havia apenas duas divisões, separadas por um espaço baldio, notado na Figura 3, denominadas “Capão de Cima” (a área central, do comércio e porto), e “Capão de Baixo” (residências). Apesar de variações regionais, para os moradores do lugar, capão é uma área aberta na Caatinga, com vegetação baixa. É um toponímico típico da Caatinga, algo que fala às pessoas do lugar, dá-lhes um sentido, ao tempo que territorializa sua experiência enquanto morador da cidade. Quadras são formalmente quadras em qualquer lugar.

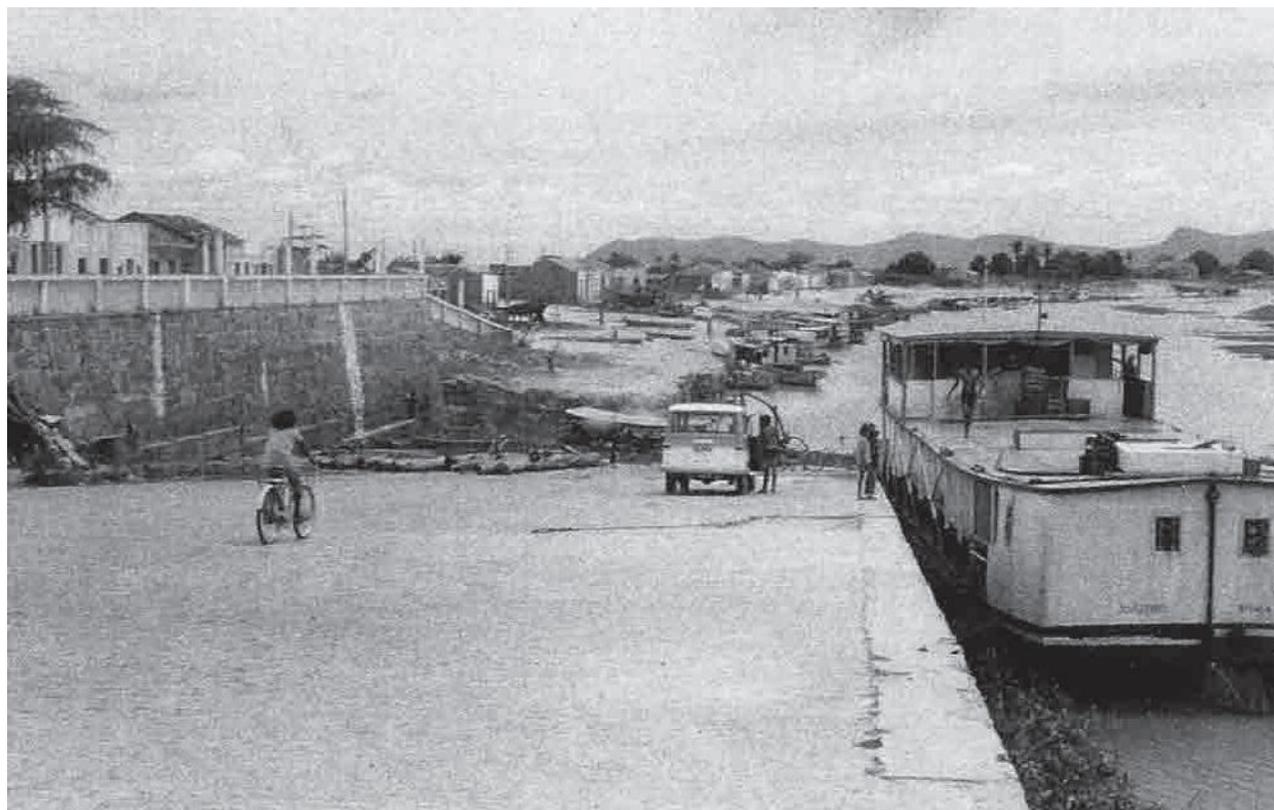


Figura 4: Porto da Velha Remanso.

Data imprecisa, autoria desconhecida.

Na velha cidade, houve uma expansão espacial a partir de um pequeno centro comercial próximo à Igreja Católica, praça e mercado, ligados ao porto. O porto fluvial, visto na Figura 4, era o verdadeiro centro da cidade, por onde os produtos entravam e saíam da cidade, que funcionava como entreposto comercial de grande importância, ligando os Estados do Piauí e Maranhão ao circuito fluvial de comércio do São Francisco.

Estas atividades materializavam então a estrutura social vigente. Na nova cidade, o rio dista 3 km do centro na época de cheia e 8 km durante a baixa do lago, demonstrando como a pesca deixa a centralidade na vida das pessoas e se periferiza com o advento das novidades.

7 Resultado: produção do espaço no contexto local

Chega-se enfim a um centro nevrálgico da questão. A decomposição das estruturas de significação, identidade territorial, tomada nos termos expostos, remete a uma consequência social enorme: o desmantelamento da ordem sócio-cultural, com o estilhaçamento das redes e sua recomposição arbitrária, na esteira da reterritorialização forçada.

Neste sentido, a contribuição de Vainer e Araújo (1992) permitem seguir o raciocínio, ao afirmarem que os projetos de instalação de hidrelétricas, seja de grandes ou pequenos empreendimentos, enquanto as políticas governamentais estiverem destinadas à infra-estrutura do capital industrial e do capital financeiro, dentro do modo de produção capitalista, as regiões e localidades participarão apenas como receptoras do empreendimento e das políticas já elaboradas e aprovadas, para o “bem da nação”.

O paradoxo que emerge das barragens é que a “recepção” do projeto se aplica somente às perdas impostas aos atingidos, enquanto os ganhos são escamoteados e acessíveis a poucos. Deste modo é que a

“Andrade (1973) explicita a formação do espaço nordestino, e especificamente da região sob análise, a partir da ocupação processada ainda no período colonial, nos movimentos de avanço da pecuária ao longo dos rios, partindo do litoral...”

maioria das comunidades da borda do Lago de Sobradinho somente teve acesso à energia elétrica três décadas após a mudança, por ocasião do Programa Federal de Eletrificação Rural “Luz Para Todos”, e o acesso à água tratada ainda é um luxo para poucos.

Partindo do pressuposto de que as relações sociais ocorrem no espaço, mas também a partir do espaço produzido, chega-se à necessidade de entendimento dessa espacialidade vivida, como também das estruturas que são socialmente criadas. Assim, busca-se tanto uma compreensão ampla dos elementos – concretos ou abstratos – como suas interpenetrações. Esta complexidade revela espaços socialmente configurados, cujas práticas estão vinculadas à sua forma de uso. A redefinição das formas espaciais seguem fluxos paralelos aos processos sociais, numa transformação bem mais ampla da realidade.

Andrade (1973) explicita a formação do espaço nordestino, e especificamente da região sob análise, a partir da ocupação processada ainda no período colonial, nos movimentos de avanço da pecuária ao longo dos rios, partindo do litoral em direção ao interior, e em especi-

al no Rio São Francisco, apelidado também de “rio dos currais”, em cujas margens surgiram vários núcleos de povoamento. É interessante notar que este modo de vida tem influência profunda na formação das estruturas sociais da região, baseadas na organização fundiária, o que tem desdobramentos até os dias atuais. Com efeito, a detenção do poder latifundiário possibilitou fenômenos sociais como o coronelismo, e mesmo com o término do seu ciclo “clássico”, a persistência dos seus herdeiros no centro decisório, migrando em seguida para a política, onde se nota ainda hoje a forte presença e proeminência das famílias “tradicionais” da região, abaladas somente em tempos recentes, com o avanço da democracia. A desfaçatez com que estas famílias abastadas praticam a grilagem, por gerações sucessivas, mostra o desequilíbrio das forças sociais na região e expõe algumas raízes profundas da formação do espaço.

Fazendo uma análise da economia da região, no período anterior à construção da Barragem de Sobradinho, Sandroni (1980) destaca as atividades comuns praticadas pelo campesinato – agricultura e pesca – em caráter de subsistência, cujo pequeno e irregular excedente era vendido ou trocado por itens não produzidos localmente. O plantio em vazante era prática corriqueira, e o criame de pequeno porte era acessível aos mais pobres.

No entanto, com a construção da hidrelétrica de Sobradinho e o enchimento do respectivo reservatório, esse processo foi bruscamente interrompido, atingindo profundamente e desorganizando as bases produtivas. [...] o empobrecimento foi geral [...] (SANDRONI, p. 35, 1980).

Muitas peças publicitárias foram pagas nos meios de comunicação para “esclarecer”, sobretudo as pessoas de outras regiões (centros de decisões) acerca dessa ideologia. Para o engenheiro Norman Barbosa

Costa, chefe do departamento de implantação de reservatórios da estatal

O sacrifício imposto à população dificilmente seria recompensado. Ao lado do apego justificado à terra e ao rio, se impunha uma longa preparação visando à adaptação ao novo habitat. Isto envolveria a reestruturação da atividade econômica predominante e, ao mesmo tempo, a mudança de hábitos e costumes. Seria a passagem de uma agricultura de subsistência para uma atividade agrícola racionalizada pela ligação que, por suas peculiaridades, estaria voltada para o mercado. Seria o desenvolvimento da pesca em escala comercial, exigindo a preparação da mão-de-obra. Seria a capacitação das administrações municipais para operação e manutenção dos equipamentos sociais implantados (CHESF, 1982).

Um dos pressupostos desta lógica era a ideia de que o país precisava crescer economicamente, aumentando sua produtividade, com o incremento de indústrias de base e o consequente fornecimento de energia para sua manutenção. A urgência deste propósito ditava o tom das ações e sua incontestabilidade.

A crescente demanda por energia elétrica ao longo da implantação da indústria no Brasil leva os governos a buscar o aumento de sua geração. Nos anos 1970, a ampliação da oferta de energia era urgente, e considerando o modelo em uso naquele momento, a energia hidrelétrica se apresentava como opção viável.

A construção das Usinas Hidrelétricas não é, portanto, um projeto isolado, mas segue no sentido de linhas geopolíticas bem definidas naquele período. Não se trata apenas de apropriação de recursos naturais, mas a implantação de um “estágio mais avançado de civilização”. A análise sociológica de Catullo (2006) sobre cidades deslocadas em decorrência da construção de barragens demonstra a profundidade da transformação imposta, a violência de seus meios e a vileza dos seus fins. Um epicentro da resistência, D. José Rodrigues, na época bispo de

Juazeiro, levantou-se como voz de crítica e contestação ao processo, denunciando os problemas provocados no percurso, que:

É o progresso do sistema capitalista, provocando grandes ajuntamentos, 20.000, 30.000 pessoas. Terminada a obra, os técnicos partem para outra e o povo fica na miséria e na fome, porque não houve planejamento para sua absorção ou destinação (LOBO, 1984, p. 81).

Passadas três décadas, a persistência da pobreza, da seca, do alheamento político, e sobretudo o cerceamento aos meios produtivos e ao progresso trazido pelas transformações — males tão comuns como antigos entre o povo da região — clamam por resposta, numa sensação de que o futuro passou pela terra... mas não ficou.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **Tradição e Mudança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BOLETIM CAMINHAR JUNTOS. Números 22-32. Juazeiro-BA. 1980.

CHESF - COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Sobradinho**: novos horizontes para o sertanejo. Revista Veja. São Paulo, Número 637, Páginas 112-113, 30 de junho 1982.

CHESF - COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Plano Diretor Urbano da Nova Sede Municipal de Remanso**. Salvador, fotocopiado. 1974.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Barragens e Desenvolvimento**: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões. Relatório da Comissão Mundial de Barragens. Londres, 2000.

DUQUÉ, Ghislaine. A experiência de Sobradinho: Problemas fundiários e colocados pelas grandes barragens. **Cadernos do CEAS**, nº 91. Salvador: maio/junho de 1984. pp. 30 a 38.

GERMANI, Guiomar I. Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. **Revista GeoTextos**, vol. 2, n. 2, Salvador: EDUFBA, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: Contexto, 2002.

LINS RIBEIRO, Gustavo. **Projectos de gran escala**: hacia um marco conceptual para el análisis de uma forma de producción temporária. Tese de Mestrado em Antropologia. Universidade de Brasília. 1985.

LOBO, Luiz. **Nordestinos**. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1984.

PEREIRA, Rosa Maria Viana. **O papel da igreja na resistencia camponesa de Sobradinho**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Salvador: Universidade Federal da Bahia- UFBA, 1987.

SANDRONI, Paulo. **Questão Agrária e camponato**: a funcionalidade da Pequena produção mercantil. São Paulo: Polis, 1980.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**: Ensaio. Petrópolis: Vozes, 1979.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Os sindicatos dos trabalhadores rurais face as intervenções do estado na área de Sobradinho 1971/1987**: o caso de Remanso e Pilão Arcado. Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural. Campina Grande: UFPB, 1988.

SIQUEIRA, Ruben. **Do que as águas não cobriram – um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela barragem de Sobradinho**. João Pessoa, UFPB / Dissertação de Mestrado de Ciências Sociais, 1992.

VAINER, Carlos B. & ARAUJO, Frederico G. B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CED, 1992.